

APRESENTAÇÃO

CONTROVÉRSIAS SOCIOAMBIENTAIS

Felipe Süssekind

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

O termo *socioambiental* vem sendo usado em diversos contextos e campos de conhecimento, demarcando áreas tanto de atuação política quanto de pesquisa acadêmica. Como campo de atuação política, o socioambientalismo surgiu no Brasil em meados nos anos 1980 (período da redemocratização), a partir principalmente da articulação entre movimentos ambientais e movimentos sociais, particularmente na Amazônia (SANTILLI, 2005). Nessa época, comunidades indígenas e grupos tradicionais de seringueiros e castanheiros, entre outros, formavam uma coalizão de resistência aos projetos de ocupação promovidos pelo Estado nacional e por setores da iniciativa privada, formando o movimento que ficou conhecido como *Aliança dos Povos da Floresta*. Ambientalistas e pesquisadores também participaram do movimento, e esse foi o contexto em que se desenvolveram as primeiras iniciativas que ligavam diretamente a preservação dos ecossistemas aos modos de vida das comunidades locais no país (SANTILLI, 2005).

A abordagem socioambiental teve um papel importantíssimo na formulação da Constituição de 1988, que recentemente completou 30 anos. Tanto no que se refere aos direitos dos povos indígenas quanto às políticas de demarcação de áreas de proteção ambiental, a Constituinte representou um divisor de águas para a ecologia política no Brasil. Entre os desdobramentos da nova legislação surgiram modelos de preservação como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, alternativas para as modalidades conservacionistas clássicas, tais como Parques Nacionais ou Reservas Ecológicas, baseadas muitas vezes em remoção de populações nativas.

Para além dos processos de demarcação de reservas, o termo *socioambiental*, em seus múltiplos usos desde então, passou a circunscrever domínios específicos da vida social, ligados, entre outros campos, à justiça e à reparação de danos pela implantação de projetos de grande porte. A consolidação do termo, porém, se por um lado reflete uma ampliação legítima da preocupação com temáticas importantes no campo das políticas sociais e dos direitos, por outro implica risco de esvaziamento de sua dimensão conceitual. Tomaria assim o mesmo caminho daqueles que o compõe, o “social” e o “ambiental”.

Como chamou atenção Bruno Latour (2005), quando tomado como domínio específico da realidade, o adjetivo “social” foi historicamente perdendo o prazo de validade ao estabelecer de saída um abismo entre a humanidade dos sujeitos e a não humanidade da natureza. Reificado e separado absolutamente do conhecimento das coisas, o social se tornou assim incapaz de definir os processos de associação, isto é, os vínculos entre os elementos humanos e não humanos que compõem os coletivos (LATOURE, 2005). Uma crítica semelhante pode ser aplicada ao termo “ambiental”.

Quando designa um campo específico da realidade, o ambiente tende a ser recortado de suas dimensões humanas, purificado e reificado como um domínio apolítico. Exemplos especialmente problemáticos desse tipo de abordagem são as políticas em que a preservação da vida selvagem se baseia na remoção de populações nativas, com ecos da tradição colonialista em

países como o Brasil ou a Índia (DIEGUES, 2001). Outro exemplo é o processo histórico descrito por Willian Cronon (1995) sobre o apagamento da presença indígena da paisagem norte-americana a partir das políticas conservacionistas implantadas por Theodore Roosevelt nas primeiras décadas do século XX. Como alternativa, Cronon propõe um resgate da noção da natureza selvagem (*wilderness*) não como uma natureza intocada, purificada da experiência humana, mas sim como uma dimensão da alteridade constitutiva dessa mesma experiência, um antídoto ao antropocentrismo (CRONON, 1995). A crítica da natureza intocada, ligada a certa abordagem da ecologia, pode se articular, nesse sentido, com o tema da crise ambiental contemporânea e com a discussão atual em torno do Antropoceno, diante dos quais torna-se cada vez mais difícil se estabelecer uma separação pertinente entre os processos naturais e os processos sociais (CHAKRABARTY, 2013; HARAWAY, 2016; PÁDUA, 2017).

A redução do socioambientalismo ao escopo já desgastado da discussão sobre a “sustentabilidade” pode ser problematizada nesse sentido. O significado mais forte do termo socioambiental, no entendimento que propomos aqui, reside justamente na afirmação de uma inseparabilidade, ou uma articulação necessária, entre a dimensão ambiental e a dimensão social. “Existe uma ecologia das ideias danosas, assim como existe uma ecologia das ervas daninhas”, é a frase de Gregory Bateson que serve de epígrafe a *As três ecologias*, de Felix Guattari (1990). O livro-manifesto de Guattari apontava, há quase 30 anos, para o enredamento necessário entre o que chamou de uma ecologia do ambiente, uma ecologia da mente (ou da “subjetividade”) e uma ecologia da sociedade. Esse enredamento implicava uma procura por linhas de fuga em relação aos processos de embrutecimento e de mecanização que permeiam as várias instâncias da vida contemporânea.

As três ecologias é um ensaio que aponta para o esgotamento de um modelo, tanto no plano político quanto conceitual. O modelo que pensa a sociedade e a política nos termos de acordos ou contratos entre seres humanos tendo como pano de fundo uma natureza regida por leis mecânicas e fixas, passível de apropriação e utilização para a construção dessa mesma sociedade. É contra esse modelo que o autor formula uma “Ecosofia” capaz de evocar a articulação necessária entre a problemática ambiental e a sociopolítica. Trata-se, neste caso, de uma reflexão sobre a reprodução das ações humanas não planejadas ligadas aos modos de vida associados ao capitalismo global, assim como de investigação acerca da associação inescapável entre a degradação dos ambientes e a degradação do tecido social e das relações subjetivas. As linhas de fuga propostas por Guattari, mais atuais do que nunca, envolvem a busca de territórios existenciais capazes de resistir a esses processos, sejam eles relacionados à ascensão de todas as formas de fascismo no campo político ou à degradação dos modos de vida e dos ambientes.

No que se refere à reflexão antropológica sobre a questão ambiental, a abordagem na qual o observador científico detém o conhecimento adequado para a conservação do meio ambiente em detrimento dos conhecimentos locais tem sido alvo não só de uma série de críticas no âmbito das ciências humanas, como também de autocríticas no próprio campo da conservação. No que se

refere aos valores canonizados pela Antropologia ao longo do tempo, a ordem da natureza é definida quase sempre por exclusão, ou seja, como uma espécie de *resto* em relação à atividade cultural, ou mesmo como o suporte material a partir do qual se constituem as organizações sociais. Em todo caso, é uma categoria em negativo, algo que define por contraste aquilo que é o próprio objeto de interesse da Antropologia.

Referindo-se às tensões e às complementaridades entre saberes tradicionais e científicos, Manuela Carneiro da Cunha (2009) mostra como, muitas vezes, o diálogo intercultural é marcado por uma série de impasses. De um lado, a concepção da ciência moderna como um saber acabado e final sobre o mundo tende a desprezar tudo aquilo que provém de protocolos alternativos. De outro, a ideia de que o saber tradicional é um patrimônio homogêneo e parado no tempo, e não um processo dinâmico, tende a reduzi-lo ao campo das representações ou das crenças, neutralizando sua eficácia. A possibilidade do diálogo depende, nesse sentido, de um entendimento dos conceitos e métodos que não seja tributário da divisão entre fatos e valores característica do pensamento moderno.

Um dos aspectos mais interessantes da perspectiva socioambiental, nesse contexto, é justamente a aliança que se produziu a partir do encontro entre o modo de conhecimento da ecologia política e as cosmovisões dos povos amazônicos. O conceito de *florestania* (que amplifica e contrasta com a ideia da *cidadania*), por exemplo, formulado por seringueiros do Acre e mais tarde incorporado em políticas públicas locais, diz respeito às conexões entre seres humanos e seres da floresta – animais, plantas, espíritos da mata – com os quais os povos da Amazônia se associam e com os quais interagem. O conhecimento dos povos indígenas, da mesma maneira, traz para a ecologia dos “brancos” lições a partir das quais os elementos da natureza não são vistos como objetos ou instrumentos, mas antes como sujeitos plenos de direito com quem os seres humanos se articulam socialmente. Conceitos como *agrobiodiversidade* e *agroecologia*, que fazem parte do campo semântico dos estudos socioambientais contemporâneos, demonstram uma preocupação na descrição de práticas que produzem diversidade ecológica, nas quais naturezas e culturas estão entrelaçadas.

O fato é que a natureza e os processos ecológicos entraram irremediavelmente na política nesses últimos 30 anos. A ligação intrínseca entre o bem-estar social e os efeitos colaterais dos combustíveis fósseis no sistema capitalista globalizado, a relação entre os modos de vida nas sociedades de consumo e os processos da vida orgânica terrestre são questões incontornáveis atualmente. Disciplinas tão diferentes quanto geologia, microbiologia e climatologia nos mostram o caráter inseparável da política e da ecologia, apontando os limites daquilo que as ciências humanas e sociais sempre deixaram em segundo plano como sendo da ordem da natureza. Ao mesmo tempo, coletivos como grupos indígenas e quilombolas – para os quais o que está em jogo não é a propriedade da terra, mas o pertencimento à terra –, têm incansavelmente alertado aos “brancos” para as consequências das nossas ações nas

transformações que eles vêm observando no tecido das relações ecológicas e climáticas (VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

A frase de Anna Tsing, “a natureza humana é uma relação entre espécies” (TSING apud VAN DOOREN et al., 2016, p. 40), é uma provocação que transmite um pouco do espírito que norteia os atualmente os chamados *estudos multiespécies* (VAN DOOREN et al., 2016). O contato com a alteridade radical do pensamento de povos não ocidentais, de um lado, e os desdobramentos das investigações antropológicas das ciências e das técnicas, de outro, se articularam desde então com os estudos feministas, com o pós-modernismo e com os estudos das relações humanos-animais na constituição da problemática desdobrada no cenário contemporâneo.

Esses seriam, em linhas gerais, os campos de problemas que serviram de base para o presente dossiê, em torno de *Controvérsias Socioambientais*. Empregamos este termo no sentido que ele tem no âmbito das chamadas *cartografias de controvérsias*, as quais se incluem na proposta teórico-analítica formulada por autores como Bruno Latour, John Law e Anne Marie Moll, entre outros. As controvérsias, no sentido proposto, não poderiam ser reduzidas a conflitos, sejam eles conflitos de interesses ou disputas científicas ou políticas. Tratam-se antes de questões em aberto que conectam séries de atores, ou *actantes*, em redes materiais-semióticas complexas. Essas redes podem envolver conflitos e disputas, mas também podem produzir alianças insuspeitas. Uma controvérsia é, nesse caso, antes de mais nada, uma questão ainda não estabilizada por uma solução qualquer, na qual elementos culturais, ecológicos e políticos podem ser articulados em novos sentidos.

Respondendo a essa provocação – de refletir sobre controvérsias socioambientais – este dossiê temático apresenta autores que trabalham com temas bastante diversos. O trabalho de Graciela Froehlich investiga uma série de estratégias discursivas e práticas utilizadas pela cadeia produtiva da carne no Brasil, apresentando algumas das controvérsias na atividade pecuária no que diz respeito aos seus impactos. A autora reflete sobre as certificações socioambientais que visam atestar a compatibilidade dos métodos empregados na produção de carne com os princípios de sustentabilidade como estratégias de ambientalização da cadeia produtiva da carne.

Tematizando também questões ligadas à alimentação, Ana Paula Perrota se volta, por sua vez, para a luta política dos defensores dos animais, associada aos movimentos vegano e abolicionista, que reivindicam a inclusão dos animais na mesma comunidade moral que os humanos e buscam colocar em xeque a percepção vigente sobre a justiça. Ela mostra que a preocupação com os animais, conforme a perspectiva dos defensores, não diz respeito a uma preocupação com a biodiversidade, com o equilíbrio do ecossistema, ou com a extinção de espécies, mas sim com a vida e o sofrimento desses seres.

Caetano Sordi analisa, por seu turno, o trabalho de duas agências estatais brasileiras, o ICMBio e a Embrapa, no controle e no manejo de populações de javalis asselvajados e seus

híbridos em uma Área de Proteção Ambiental localizada em Santa Catarina. Sordi analisa em profundidade de que maneira uma sobreposição de *condições fronteiriças* – da espécie, da paisagem, das populações humanas e animais aí envolvidas – permeia todo esse contexto etnográfico.

Orlando Calheiros traz uma abordagem etnográfica de um contexto ritual dos Aikewara, grupo indígena do sudeste do Pará, diante da tragédia que se abate sobre eles em consequência da extinção dos queixadas (porcos selvagens) em seu território. Calheiros mostra como o desaparecimento dos animais implica a destruição de um mundo subterrâneo que atravessa e constitui a vida desse grupo como um processo permanente de fuga diante da ameaça externa representada pelos brancos.

O trabalho de Marina Guzzo e Renzo Taddei investiga experiências estéticas que se posicionam na fronteira entre a performance, a dança e as artes visuais para criar espaços comuns entre a arte e o Antropoceno, problematizando modos de fazer arte diante de um futuro incerto em um planeta em destruição. Os autores partem do pressuposto que as artes, as ciências e as culturas estão intimamente relacionadas com o momento histórico e geopolítico de sua criação, e se voltam para contextos em que artistas e cientistas especulam em conjunto futuros possíveis para os fins de mundos que se apresentam no horizonte.

Usando o conceito de racismo ambiental, Virgínia Totti Guimarães e Paula Máximo fazem uma análise comparativa da aplicação da legislação ambiental em casos envolvendo a Comunidade do Horto Florestal e o Condomínio Canto e Mello, na Gávea (RJ). Elas mostram como o racismo ambiental é produzido por uma série de atos e omissões do Poder Público quando a legislação ambiental é aplicada de maneira totalmente diferente em situações a princípio semelhantes.

Partindo de uma abordagem ligada à ecologia histórica, Alexandro Solórzano discute caminhos para a interpretação de paisagens contemporâneas a partir do entrelaçamento entre as florestas e a *urbe* carioca, aprofundando a discussão sobre a dicotomia entre espécies nativas e exóticas. Solórzano toma como caso paradigmático as jaqueiras, entendidas aí como componentes importantes do sistema socioecológico floresta-cidade do Rio de Janeiro, indicando na paisagem florestal os espaços marcados pela história e pela cultura da sociedade carioca.

Encerramos este volume com a entrevista com Mauro Almeida, realizada em São Paulo por ocasião da VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, em 2017. Professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ele foi um dos criadores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (AC), a primeira unidade de conservação desse gênero no Brasil, no início da década de 1990. É também sócio efetivo do Instituto Socioambiental (ISA). As pesquisas de Mauro Almeida sobre reservas extrativistas e diversidade social na Amazônia são

referências para todos aqueles que trabalham em uma perspectiva socioambiental no Brasil, e acreditamos que a entrevista é uma contribuição importante para o debate que trazemos aqui.

A principal proposta desse dossiê temático organizado para a revista *Desigualdade & Diversidade* da PUC-Rio é, portanto, aprofundar a temática socioambiental apostando em uma perspectiva transdisciplinar. Com isso, pretende-se também contribuir para o debate público em torno de questões que consideramos fundamentais no campo político e acadêmico contemporâneo. Boa leitura!

Referências

- CARNEIRO DA CUNHA, M. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: _____. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. Cap. 18.
- CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. *Sopro*, n. 91, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2019.
- CRONON, W. The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature. In: CRONON, W. (Ed.). *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. Nova York: Norton, 1995.
- CURRY, P. *Ecological ethics: an introduction*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.
- DEAN, W. A ferro e fogo. A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUAPUB, 2001.
- DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec/USP, 2000.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- HARAWAY, D. Tentacular thinking: anthropocene, capitalocene, chthulucene. In: *Staying with the trouble: making kin in the cthulucene*. Durham/Londres: Duke University Press, 2016.
- LATOUR, B. *Reassembling the social*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, B. Como retomar a tarefa de descobrir associações. In: _____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012 [2005]. p. 17-40. Introdução.
- LATOUR, B. Cogitamus – seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016 [2014]. p. 9-36. carta I.
- LAW, J. Actor network theory and material semiotics. In: TURNER, B. S. (Ed.). *The New Blackwell Companion to Social Theory*. 3. ed. Oxford: Blackwell, 2009. p. 141-158.

- PÁDUA, J. A. Brazil in the history of anthropocene. In: ISSBERNER, L.R.; Lena, P. (Eds.). *Brazil in the anthropocene: conflicts between predatory development and environmental policies*. Londres: Routledge, 2017.
- SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.
- SANTOS, A. B. dos. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília, DF: UNB/INCTI, 2015.
- STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1993).
- VAN DOOREN, T.; KIRKSEY, E.; MÜNSTER, U. Estudos multiespécies: cultivando artes de atenção. Tradução Susana Oliveira Dias. *ClimaCom Cultura Científica* (online), Campinas, *Incertezas*, ano 3, n. 7, p. 39-66, dez. 2016.
- VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. *Sopro*, n. 51, maio 2011. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/suficiencia.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. *Chão da Feira*, caderno 65, 2017. Disponível em: <<http://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-65-os-invo-6nnfcmxn-cm-m-yluntarios-da-patria/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.